

1 **ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.**

3 Às quatorze horas e quarenta minutos do dia sete de abril de dois mil e três deu-se início a
4 Centésima Segunda Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
5 Adolescente – CONANDA, presidida pelo Vice – Presidente José Fernando da Silva (ABONG).
6 Estiveram presentes os conselheiros titulares: Saulo de Castro Bezerra (ABMP); Cláudio Augusto
7 Vieira da Silva (Fundação Fé e Alegria); Elisabete Borgianni (CFESS); Maria Izabel da Silva
8 (CUT); Rachel Niskier Sanchez (SBP); Marcos Antonio Paiva Colares (OAB); Maria das Graças
9 Fonseca Cruz (CNBB); Laura Nazareth de Azevedo Rossetti (FENAPAES); Alessandro Victor
10 Gama e Silva (MNMMR); Ivanildo T. Franzosi (Casa Civil da Presidência da República) Regina
11 Celeste Bezerra Affonso de Carvalho (MS); Osvaldo Marcolino Alves Filho (MF); Margarida
12 Munguba Cardoso (MTE); Tânia Mara Eller da Cruz (MP) e Wania Ribeiro Tavares (MAPS).
13 Estiveram também presentes os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a
14 titularidade nesta assembléia: Mário Mamede (SEDH); Mari Lane de Carvalho (MEC) e Maristela
15 Medeiros das Neves (ME). Presentes ainda os conselheiros não governamentais suplentes Vicente
16 Falqueto (UBEE); Jessimar Dias Pereira (Inspetoria São João Bosco – Salesianos); Marcelo Gentil
17 Nascimento da Cruz (IPAM); Miguel Angel Cal Gonzáles (CFP) e Antonio Pereira da Silva Filho
18 (CGT). **Pauta - I – Abertura dos Trabalhos:** Dando início aos trabalhos da reunião ampliada o
19 Vice-Presidente submeteu a Pauta à plenária, tendo a mesma sido aprovada com alterações
20 pertinentes. **II – Aprovação dos roteiros das peças da Campanha “Mídia e Conselhos”.** A Sr^a.
21 Anna Penido, da Agencia Cipó fez a apresentação dos objetivos da Campanha, que consistiam
22 basicamente informar a população sobre a existência e o papel do Conselho Tutelar, como e quando
23 o mesmo deve ser acionado, bem como mobilizar a população para exigir a sua efetivação conforme
24 o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. A Sr^a. Anna apresentou ainda VTS, anúncios
25 em jornais e revistas e spots para rádio sobre Conselhos Tutelares. Após a apresentação houve um
26 amplo debate sobre as peças apresentadas, no sentido de aprimoramento das mesmas, ficando

27 decidido pela plenária a incorporação das sugestões pela Sr^a. Anna e a apresentação de propostas
28 de dois VTS, cinco Spot e dois anúncios, para deliberação no dia treze de maio, das quatorze às
29 dezoito horas. **II – Exposição e Debate “As articulações entre as ações do Governo Federal no**
30 **Tocante a prevenção e erradicação do trabalho infantil, o aprendizado e a proteção do**
31 **adolescente trabalhador”** - O Vice Presidente abriu os trabalhos cumprimentando a todos e
32 posteriormente convidou os representantes dos ministérios para compor a mesa. Estiveram
33 presentes: Ministério da Saúde - Regina Celeste Bezerra e Alexia Luciana Ferreira; Ministério da
34 Educação - Ivete Campos; Ministério do Trabalho e Emprego - Marcelo Gonçalves Campos;
35 Ministério da Assistência e Promoção Social -Milda Moraes ; Secretária Especial dos Direitos
36 Humanos – Mario Mamede e Ministério do Esporte – Orlando Silva. O Ministério da Justiça não
37 enviou representante. Inicialmente a conselheira Maria Izabel apresentou duas manchetes de jornal
38 “sobre a guerra do Iraque”, sendo uma com casa atingida por bomba e a outra com foto de um pai
39 com duas filhas pequenas com armas nas mãos. No momento a conselheira pediu que todos
40 fizessem uma reflexão sobre a guerra do Iraque e seus reflexos e em seguida cantou a capela a
41 música “Rosa de Hirochima”. No final, o Vice Presidente solicitou a todos um minuto de silêncio
42 pelas vítimas da guerra. O painel foi aberto com a palavra do Secretário Adjunto Mario Mamede
43 que justificou a ausência do Presidente do Conanda Nilmário Miranda por motivo de viagem.
44 Ressaltou que a área de atuação política da Secretaria Especial/CONANDA/DCA com outros
45 órgãos do Governo Federal e Estaduais em relação à criança e adolescentes deve ser a de
46 articulação. Que o desejo do Senhor Secretário Especial è para que a SEDH seja
47 predominantemente um órgão de articulação política, embora mantendo ações de execução através
48 de convênio com recursos orçamentários e extraorçamentários. A Secretaria deverá continuar com
49 os programas já existentes, porém , com relação ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil,
50 Dr. Mário considerou que o mesmo deveria sair da área rural e atuar na área urbana, com nova
51 formulação, nova maneira de agir e que tivesse uma outra abrangência, atuando contra as situações
52 de ilicitudes como o crime organizado e o narcotráfico. Uma outra questão abordada foi a posição

53 do governo contra o rebaixamento da idade penal e que os projetos em tramitação no Congresso
54 Nacional deverão ser retirados da ordem do dia. Com relação aos Convênios existentes, Dr. Mário
55 informou que os mesmos serão analisados individualmente para se ter uma idéia mais aprofundada
56 das ações. Afirmou que o objetivo da Secretaria é desenvolver ações mais abrangentes e políticas
57 mais universais, sempre reforçando as parcerias com os governos estaduais e municipais, para
58 implementar políticas que possam atingir e desenvolver ações transformadoras e de caráter
59 inclusivo. Foi informado que a Secretaria Especial estabeleceu como uma das metas emergenciais
60 de curto prazo o combate ao trabalho infantil, particularmente nas suas piores formas, considerando
61 ser não só uma tarefa de governo mas também da Sociedade. As ações específicas deverão ser
62 implementadas por órgãos que tratem especificamente das políticas mais afeitas, citando como
63 exemplo o combate ao trabalho escravo que deveria ser feito pelo Ministério do Trabalho e
64 Emprego, com a parceria da Secretária Especial, tendo em vistas que as ações desta Secretaria estão
65 voltadas para o combate à negação e violação dos direitos humanos. O representante do Ministério
66 do Trabalho e Emprego, Sr. Marcelo Gonçalves Campos, expôs as competências do Ministério em
67 relação ao Trabalho infantil, alegando que historicamente a inspeção deste fora motivada pela
68 questão do trabalho da criança e do adolescente nas fábricas, no início do Século XX e que nos
69 últimos anos esta tem sido uma preocupação constante do Ministério e dos órgãos que atuam nesta
70 área. Dr. Marcelo ressaltou que a exploração da criança e do adolescente nas relações formais de
71 trabalho nas empresas tem diminuído, tendo em vista a política de repressão adotada e a
72 mobilização da sociedade. Por outro lado, a exploração de jovens no mercado se dá onde estão
73 localizadas as piores formas de exploração do trabalho de crianças e adolescentes, ou seja, no
74 trabalho de vendedores de rua, na exploração da prostituição infantil, no meio rural através de
75 jornadas exaustivas, uso de agrotóxicos, etc, comprometendo o desenvolvimento dessas crianças e
76 adolescentes. Ainda com relação ao trabalho informal e a economia familiar, Dr. Marcelo
77 esclareceu que o papel do ministério não tem sido menor do que a do mercado formal, mas que o
78 mesmo precisa ser diferenciado, primeiro, pela competência histórica do ministério, que é muito

79 mais repressiva e de fiscalização do mercado formal, segundo, porque nos últimos anos o Ministério
80 tem se esforçado em lidar com o mercado informal. Alegou que o fundamental desse mercado são
81 as amplas articulações a serem construídas com órgãos governamentais e não governamentais.
82 Considerou necessário que a sociedade como um todo incorpore os valores de que lugar de criança
83 é na escola e não no trabalho e que quanto mais tempo for a sua permanência na escola melhor será
84 para a sociedade, não só do ponto de vista social, mas econômico. Informou ainda, que fora
85 estabelecido como meta prioritária no novo governo, a erradicação do trabalho infantil e a
86 fiscalização das formas de introdução do adolescente no mercado de trabalho. Com relação ao
87 trabalho do adolescente a prioridade será a implementação da Lei de Aprendizagem, recentemente
88 modificada à luz da Constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ressaltou que
89 Programa Primeiro Emprego está sendo versado no âmbito do Ministério do Trabalho e brevemente
90 será lançado pelo Governo Federal, devendo incorporar os valores do princípio da doutrina da
91 proteção integral tendo como escopo a perspectiva da permanência do adolescente na escola. Para
92 os que forem inseridos no mercado formal é necessário que este seja decente e não precário. A
93 Representante do Ministério da Assistência e Promoção Social Sr^a. Milda Moraes, agradeceu a
94 oportunidade em nome do Ministério e justificou a ausência da Sr^a. Ministra Benedita da Silva. Em
95 seguida fez a explanação do cenário atual das ações voltadas ao trabalho infantil daquela pasta
96 ressaltando a continuidade do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, pela sua eficiência e
97 alcance dos objetivos. Foi informado que o programa atendeu 809.032 crianças e adolescentes no
98 exercício de 2002 em 2.601 municípios das 27 unidades federadas, com desembolso mensal no
99 valor trinta e sete milhões de reais. Foi informado ainda que o orçamento atual é insuficiente, tendo
100 sido solicitado crédito suplementar. Com relação à alteração da lógica, serão identificadas as causas
101 da desestruturação familiar, da situação de desemprego e analfabetismo de adultos, alcoolismo dos
102 pais, numa perspectiva de prevenção e erradicação do trabalho infantil. A partir da identificação das
103 causas do trabalho precoce, no âmbito do Programa Nacional de Atenção Integral à Família, a
104 atuação estará voltada para a prevenção e erradicação do trabalho precoce, inclusive o doméstico, o

105 trabalho de rua e a mendicância. Esse trabalho será desenvolvido de forma articulada, integrado, da
106 responsabilidade compartilhada e da participação social. A representante do Ministério da Saúde
107 Sr^a. Alexia Luciana Ferreira, justificou a ausência do Sr. Ministro de Estado da Saúde por motivo de
108 viagem. Em seguida fez uma rápida explanação da natureza e competência do ministério e da nova
109 estrutura da Secretaria de Atenção à Saúde e de seus Departamentos e suas ações programáticas e
110 estratégicas. Abordou os fundamentos Constitucionais e Legislativos da Política Nacional de Saúde
111 do Trabalhador, citando a Constituição Federal, Artigo 200 e a Lei Orgânica da Saúde, nº 8080 de
112 1990. Apresentou Agenda da Saúde do Trabalhador para os meses de maio/julho de 2003, onde
113 estabelecia as diretrizes para o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação do trabalho
114 infantil e as diretrizes para o desenvolvimento de ações de proteção ao adolescente trabalhador.
115 Serão implementados vinte e três Centros de Referência Estaduais em Saúde do Trabalhador,
116 abrangendo a totalidade dos estados brasileiros. A representante do Ministério da Educação -
117 Sr^a.Ivete Campos justificou a ausência da Secretaria de Ensino Fundamental Sr^a Maria José Vieira
118 Féres expondo que a questão do trabalho entre crianças e adolescentes è tratada nos Parâmetros em
119 Ação - Temas Transversais "Trabalho e Consumo," destinados aos 3º e 4º ciclos, que correspondem
120 da 5º a 8º series. Quanto aos objetivos, foi informado que na erradicação será mantido o Programa
121 Nacional de Bolsa Escola. Alem de dar seqüência aos trabalhos e programas já existentes a atual
122 gestão do Ministério da Educação pretende criar a Câmara da infância e da adolescência com o
123 objetivo de estabelecer uma política integrada para este segmento, bem como ampliar o Programa
124 Bolsa Escola articulado ao Programa Nacional de Renda Mínima, como parte integrante do projeto
125 político pedagógico. Com relação ao Ensino Médio, as ações estão voltadas para a universalização
126 do ensino e no investimento em projetos juvenis, alternativas de atendimentos, educação de jovens e
127 adultos, ensino noturno e educação especial. As fontes de financiamento são do Tesouro Nacional,
128 Salário Educação e Empréstimo Externo. O representante do Ministério do Esporte, Sr. Orlando,
129 falou de duas ações que estão sendo geradas, a primeira tendo o esporte como um direito social que
130 será desenvolvido nas escolas, nos clubes sociais, nos espaços inativos. O Ministério tem se

131 articulado como o sistema S, com os clubes, com o exército e outros. A segunda é o projeto de
132 esporte escolar – ocupação do tempo livre na perspectiva da educação integral. A partir das
133 apresentações iniciou-se algumas discussões: a conselheira Maria Izabel ressaltou a importância da
134 iniciativa e reafirmou a postura do CONANDA sobre a Convenção 182 que trata das piores formas
135 do trabalho infantil a curto e médio prazo. Fez algumas ponderações como crianças que recebem
136 bolsa do Bolsa Escola e continuam trabalhando , que a frequência da criança na escola é uma forma
137 de prevenção do trabalho infantil e que o pressuposto do PETI é maior que o Bolsa Escola.
138 Questionou como se dará à articulação desses Ministérios, se vai ser a SEDH que terá o papel de
139 grande articuladora ou não, devendo o governo definir essa questão para poder avançar na eficácia
140 das ações. A Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho
141 Infantil, Srª. Isa Maria de Oliveira ressaltou que o ponto de partida para uma efetiva articulação será
142 a elaboração do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e a erradicação
143 das piores formas. Para isso deve-se considerar o monitoramento das ações. O conselheiro Cláudio
144 salientou que este evento fora considerado o primeiro exercício do Conselho para a integração das
145 Políticas Públicas. Solicitou a participação do CONANDA na reestruturação do programa bolsa
146 escola e salientou a falta de articulação dos ministérios e o não envolvimento dos Conselhos
147 Setoriais nas ações propostas. A conselheira Elisabete ficou honrada com a presença de todos,
148 porém, demonstrou sua preocupação de como fazer para acontecer essa integração. A conselheira
149 Marilene concordou que deveria haver trabalho integrado tendo como foco a família. A Srª. Milda
150 ressaltou que a Coordenação das Políticas Sociais do ponto de vista institucional está afeta ao
151 Ministério da Assistência e Promoção Social que tem uma Secretaria de Articulação e uma
152 Secretaria de Avaliação. Com relação a participação dos Conselhos Setoriais, considerou a mesma
153 de extrema importância. Para ela há que se buscar os meios para que essa articulação aconteça a
154 partir da lógica de promoção da família. O Sr. Orlando, considerou importante atuar em parceria
155 com o Fundo dos Direitos. Para ele, o CONANDA deverá propor uma ação articulada, rompendo
156 assim com o fragmento e o paralelismo. Dr. Marcelo, considera fundamental que essa ação

157 articulada seja feita imediatamente, com o compromisso de todos. Quanto ao controle social,
158 considerou necessário um aprofundamento pelo CONANDA e que o mesmo exerça plenamente o
159 seu papel. Durante o debate foi dado ênfase à política de inclusão social, às parceiras, às ações
160 articuladas, ao 1º emprego, à lei da aprendizagem ao Programa Bolsa Escola – PETI e à jornada
161 ampliada. O Vice-Presidente propôs enviar ofício a todos os Ministérios e Conselhos Setoriais
162 informando que todos os programas e projetos que fossem lançados ou reformulados, sejam
163 debatidos e deliberados na plenária do CONANDA. A conselheira Maria, Izabel ficou responsável
164 pela elaboração dos ofícios. O conselheiro Cláudio discordou que o programa 1º Emprego seja
165 lançado pelo governo federal no próximo primeiro de maio sem o parecer do CONANDA. O Vice
166 Presidente propôs que o programa fosse apresentado pelo Ministério do Trabalho ainda nesta
167 assembléia, tendo sido aprovado por todos. O Conanda solicitou ao governo que definisse quem
168 fará a articulação entre os os vários ministérios que desenvolvem ações sobre o trabalho infantil.
169 Essa articulação será um grande desafio para a concretização das ações aqui propostas. O Presidente
170 do CONANDA aproveitou a oportunidade para informar sobre os contatos mantidos com os
171 responsáveis da Usina Hidroelétrica de Furnas para o financiamento de implantação e
172 implementação dos Conselhos de Direitos e Tutelares em noventa e três municípios
173 correspondentes aos cinco Estados onde existem Furnas e que futuramente também será feito
174 contato com a Itaipú para o mesmo atendimento aos municípios do Estado do Paraná. Falou da sua
175 visita ao Estado da Paraíba e dos problemas de rebeliões que estão acontecendo naquele Estado,
176 necessitando da intervenção do CONANDA. Informou que a Prefeita de São Paulo irá realizar
177 audiência pública para discutir a questão da municipalização das medidas socioeducativas de
178 liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade e que esta descentralização irá favorecer a
179 extinção da Febem. Informou ainda, que os Prefeitos de Diadema, Santo André, Guarulhos e
180 Campinas estavam dispostos a municipalizar essas medidas nos seus municípios. Falou que
181 participou de audiência pública na OAB/SP, onde várias famílias de Ribeirão Preto e Guarulhos
182 trouxeram seus depoimentos sobre grupos de extermínio cujas vítimas na sua maioria eram

183 adolescentes. O Ministério Público confirmara as informações das referidas mães alegando que
184 mais de oitenta por cento dos exterminados eram adolescentes. O Conselho de Desenvolvimento da
185 Pessoa Humana constituirá Comissão Especial a ser instalada nos próximos dias para investigar o
186 assunto. Para compor a Comissão em virtude da necessidade de indicação convidou a conselheira
187 Elizabete Borgianni e submeteu a plenária a aprovação da proposta, que fora aprovada por todos
188 Ressaltou sobre a reunião com o Fórum de Entidades dos Direitos Humanos, onde foi apresentado
189 proposta de unificar os disque denúncias numa grande central, com o objetivo de aprimorar o
190 atendimento e efetivar resposta à essas denúncias. O Presidente informou sobre seu encontro com o
191 Ministro da Educação, Cristovam Buarque que demonstrou seu interesse em desenvolver ações
192 voltadas para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e ao trabalho infantil. Para
193 se atingir todas as escolas do país foi proposto a utilização do livro didático, de kits para todas as
194 crianças e bibliotecas, da TV escola, através da capacitação dos professores e de inclusão de
195 questões relativas ao Estatuto nos provões. Finalizando o Presidente informou sobre a instalação do
196 Conselho de Erradicação do Trabalho Escravo. A conselheira Elisabete expôs suas preocupações
197 em participar da Comissão para investigação de grupos de extermínio, indagando quais as
198 condições reais que os membros dessa Comissão terão para realizar os trabalhos, considerando
199 crítica a situação da segurança pública no Estado de São Paulo. O Presidente esclareceu a situação e
200 alegou que o papel da Comissão é usar o seu poder legítimo para apurar e enfrentar o problema
201 existente para romper com a impunidade e que a escolha da conselheira se deu por ela ser do Estado
202 de São Paulo e pelo seu trabalho como Assistente Social na Justiça da Infância e da Juventude. A
203 conselheira afirmou que aceitara o convite como um dever de estado. O Presidente agradeceu os
204 representantes dos Ministérios que estiveram aqui presentes, alegando que doravante será uma
205 prática no Conselho ações desta natureza. No dia seguinte, prosseguindo os trabalhos a
206 representante do Ministério do Trabalho e Emprego, a conselheira suplente Eunice fez uma breve
207 explanação do Programa Primeiro Emprego, alegando que o mesmo estava em elaboração. Foram
208 apresentados os eixos, às estratégias e as principais articulações do programa que está sendo

209 elaborado por uma equipe interministerial. Após a explanação da Sra. Eunice foram levantados
210 vários questionamentos sobre números de adolescentes a ser atendidos por empresa, se haveria
211 incentivo, como trabalhar a lei de estágios e outros. A conselheira respondeu que todas as questões
212 abordadas estão sendo discutidas e o foco está sendo direcionado através de critérios, assim como a
213 questão de gênero e raça. A conselheira Maria Izabel propôs que tão logo a minuta estivesse pronta
214 fosse enviada ao CONANDA, que deverá indicar três conselheiros para análise e contribuições e
215 posteriormente retornar ao Ministério e a plenária deliberou que o Programa depois de concluído
216 deverá ser submetido à aprovação do CONANDA. As conselheiras Eunice e Margarida informaram
217 que a proposta será apresentada à sua chefia devendo retornar a informação ao Conselho. **IV –**
218 **Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas.** As Comissões Temáticas se reuniram para tratar
219 de assuntos de interesse de suas áreas de atuação. **V – Apresentação da Pesquisa DCA –**
220 **mapeamento das unidades de internação e informes do Departamento** – Estiveram presentes a
221 Diretora do DCA Denise Paiva, O Gerente de Programas Paulo Marques e Enide Rocha
222 representante do IPEA. A Diretora ressaltou que o objetivo da apresentação da pesquisa era debater
223 o assunto, obter sugestões e não apontar culpados ou inocentes. Ela afirmara que o mapeamento
224 nacional da situação das unidades de aplicação das medidas de privação de liberdade ao adolescente
225 em conflito com a lei apontava a deficiência e a incompletude do sistema, além de ter subsidiado o
226 planejamento do Departamento, inclusive no tocante a elaboração das metas prioritárias. A Diretora
227 expôs sobre a importância de fortalecer o sistema de garantia de direitos e o Gerente Paulo
228 complementou informando que todas as unidades federadas foram visitadas e que em algumas delas
229 as pesquisas foram qualitativas. A Sra. Enide Rocha destacou que o CONANDA é o Fórum
230 privilegiado para apresentação da pesquisa e que a participação do IPEA se deu mediante acordo de
231 cooperação técnica com o DCA, através da agenda conjunta CONANDA/DCA/MNMMR. Foi feito
232 uma rápida apresentação da metodologia aplicada e repassado ao Conselho o material completo da
233 pesquisa. O material foi repassado à Comissão de Medidas Socioeducativas para subsidiar-la na
234 elaboração do Projeto de Lei das Medidas Socioeducativas e dos Parâmetros Pedagógicos e de

235 construção das unidades de internação. Considerando a riqueza do documento o Vice-Presidente
236 propôs que o mesmo seja inserido na programação da V Conferência Nacional. A Diretora Denise
237 falou do Encontro do FONACRIAD a ser realizado no período de vinte e três a vinte e cinco de
238 abril do corrente e sobre o seminário para discutir o PPA no próximo mês de maio. Foi informado
239 também sobre uma Oficina a ser realizada no dia oito de maio, onde serão discutidas experiências
240 exitosas para subsidiar o Programa de Proteção a Testemunha Adolescente. Foi tratado ainda,
241 assuntos referentes a realização do segundo congresso dos conselheiros tutelares na cidade
242 Natal/RN e do o apoio que o CONANDA e o DCA poderão dar ao evento. O Vice Presidente
243 agradeceu a presença da Diretora e dos demais integrantes da equipe, pela excelente qualidade dos
244 trabalhos apresentados. **VI – Relato dos Trabalhos das Comissões Temáticas - 1 - Comissão de**
245 **Articulação e Comunicação.** A Conselheira Laura fez o relato dos trabalhos abordando os
246 seguintes pontos: a) recebimento de ofícios da Associação dos Conselheiros Tutelares de Mato
247 Grosso do Sul, comunicando a mudança do nome Fórum Nacional de Garantia de Direitos de
248 Crianças e Adolescentes Indígenas, para Fórum Regional, a realizar-se no dia 25 de abril próximo,
249 solicitando a presença do CONANDA. A Comissão propôs que a plenária deliberasse o assunto e
250 indicasse o conselheiro para representar o CONANDA. Após o debate foi aprovado o nome do
251 conselheiro Alessandro para participar do evento; a) recebimento de e-mail da ex-conselheira
252 Yvonne Bezzerra de Mello relatando dois casos de crianças baleadas por policiais. Foi proposto
253 enviar correspondência ao Procurador Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e ao Ministério
254 Público a fim de apurar os fatos e informar ao Conselho sobre as providências adotadas; c)
255 recebimento de e-mail do Sr .Paulo Jorge Pires Plaisant, solicitando parecer do processo que
256 regulamenta horário de visita de sua cliente ao seu filho e as providências por ele adotada. Foi
257 proposto enviar correspondência ao interessado informando que o CONANDA reconheceu os
258 procedimentos por ele adotados, por estarem compatíveis e que fosse enviado copia do documento
259 ao Conselho Estadual; d) recebimento de ofício da Ouvidoria da Polícia de São Paulo em resposta
260 ao pedido do CONANDA, informando que a Policia de São Paulo vem acompanhando o caso de

261 desaparecimento do adolescente Rodrigo Isac dos Santos desde o mês de dezembro de 2001; e)
262 recebimento de Ofício do Conselho Tutelar de Santa Tereza-ES, em resposta ao pedido do
263 CONANDA. Com relação ao 0800, a Comissão não se manifestara, considerando o posicionamento
264 do Presidente do Conselho Nilmário Miranda referente ao assunto. A plenária discutiu e considerou
265 que não há condições do 0800 atender toda a demanda de consultas, propondo que fosse
266 operacionalizado somente o sistema de garantia de direitos, por ser mais ágil e permanente. Neste
267 sentido a comissão informou que já existia na Secretaria Executiva discussão sobre a necessidade de
268 comunicação direta, ágil e permanente, em razão da grande demanda oriunda dos Conselhos
269 Estaduais, Municipais e Tutelares, ocupando 60% (sessenta por cento) do tempo de trabalho da
270 Secretaria Executiva, do DCA e da SEDH. Neste sentido a Comissão juntamente com o Assessor
271 Francisco e a Coordenadora Silvia Arruda propuseram criar um sistema de comunicação com os
272 Conselhos, de forma ágil e uniforme às solicitações recebidas e a interligação dos operadores
273 através da **Home Page** do CONANDA, de uma linha telefônica convencional e da capacitação de
274 pessoas para este fim. Foi sugerido solicitar proposta de terceirização dessas ações para que seja
275 avaliado os custos. 2) **Comissão de Orçamento e Finanças/Medidas Socioeducativas.** A
276 conselheira Tânia Eller fez o relato dos trabalhos, informando sobre: a) perdas dos fundos dos
277 direitos calculados pela UNAFISCO; b) pedido de financiamento do Fórum dos Conselhos
278 Tutelares para a realização do II Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares, no mês de
279 novembro do ano em curso. O Projeto já fora enviado ao DCA e a Comissão propôs à plenária
280 discutir se o DCA deverá apoiá-los ou se o CONANDA pode financiar parte do evento; c)
281 recebimento de documentos da FUNDAC/RN, solicitando recursos para construção de um Centro
282 Educacional no Centro de Medidas de Restrição de Liberdade, na cidade de Mossoró. A Comissão
283 propôs verificar se já existe proposta semelhante no DCA e se o Conselho Estadual está ciente do
284 Projeto; d) foi informado sobre o encaminhamento do pedido de crédito suplementar por excesso de
285 arrecadação – doação da Petrobrás; e) responder a solicitação de Lages-SC para realização da IV
286 Conferência dos Direitos Humanos, tendo em vista incompatibilidade da proposta. Foi submetido e

287 aprovado os critérios para repasse de recursos do Fundo Nacional como segue: 1 – **Estado** – a)
288 Comprovação da existência e funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
289 Adolescente e do Fundo Estadual para a Criança e o adolescente; b) projetos voltados para
290 aplicação das medidas socioeducativas que contemplem o tempo de execução de no mínimo três
291 anos de duração na finalidade a que se destinam; contrapartida do Estado e alternativas de
292 continuidade e autosustentabilidade; ser integrado ao Plano Estadual de Atendimento à Medidas
293 Socioeducativas; conter plano de ordenamento fundado no ECA, com apresentação da proposta
294 jurídica-pedagógica e de infra estrutura, integrado ao sistema de garantia de direitos da criança e do
295 adolescente; indicar situação/problemas na aplicação das medidas socioeducativas no Estado;
296 prever ampliação gradativa do aporte de recursos estaduais e a conseqüente redução proveniente do
297 Fundo Nacional; parecer favorável do CEDCA e toda a documentação prevista na
298 IN/01/97/STN/MF, suas alterações e demais legislações pertinentes – **Municípios**: a) comprovação
299 da existência e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos, Conselhos Tutelares e Fundos,
300 preconizado pelo ECA; b) ser integrado no Plano Estadual de Medidas Socioeducativas; c) parecer
301 favorável do CMDCA; d) toda documentação prevista na IN/01/97/STN/MF, suas alterações e
302 demais legislações pertinentes em vigor. 3) **ONG's**: a) ter no mínimo três anos de funcionamento;
303 b) relatório de atividade do exercício de dois mil e dois; c) plano de trabalho anual dois mil e três;
304 d) estatuto e ata da última eleição da diretora registrados em cartório; e) registro no CMDCA; f)
305 parecer favorável do CMDCA, que deve ter por referencia, o Plano Municipal de Políticas Publicas;
306 g) toda a documentação prevista na IN/01/97/STN/MF, suas alterações e demais legislações
307 pertinentes em vigor. Com relação ao monitoramento e avaliação dos projetos o Técnico Francisco
308 irá repassar o modelo de formulário aos integrantes da Comissão para avaliação. Estão com
309 pendências a proposta da campanha de doação aos fundos, parecer sobre o manual de imprensa e
310 mídia e proposta de repasse de recursos fundo a fundo. A conselheira Tânia irá convidar um técnico
311 da Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos, para na próxima reunião apresentar a
312 metodologia do PPA e as formas de participação do CONANDA no processo. 3 – **Comissão de**

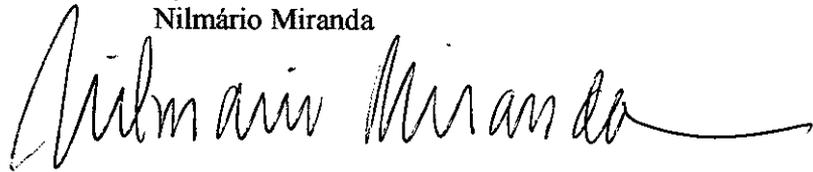
313 **Legislação** – O conselheiro Osvaldo apresentou parecer sobre o Projeto de Lei Nº 7.318 da
314 Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico, que
315 altera dispositivos da Lei Nº 8.069/Estatuto da Criança e do Adolescente. Os conselheiros terão dez
316 dias para apresentarem sugestões, ficando a sua deliberação para próxima plenária. Informou sobre
317 o recebimento de correspondência do CMDCA de Erculândia solicitando parecer sobre a nova
318 idade civil. O conselheiro expôs a necessidade de alteração do artigo onze da Resolução Nº 75 do
319 CONANDA, dispondo que a idade do candidato a membro do Conselho tutelar é de vinte e um anos
320 e não o da maioria civil de dezoito anos, conforme dispõe o novo Código Civil. A proposta foi
321 aprovada por unanimidade. O conselheiro Osvaldo falou da sua insatisfação pela falta de
322 capacitação dos conselheiros governamentais e que a mesma deveria se dar através da representação
323 nos eventos e na capacitação propriamente dita, pedindo que fosse respeitada a paridade. A
324 conselheira Margarida solicitou que fosse repassado aos conselheiros governamentais as resoluções
325 do CONANDA, considerando que a maioria está assumindo seus mandatos agora. A Secretária
326 Executiva ficou responsável em repassar os documentos. 4) **Comissão de Políticas Públicas** - A
327 conselheira Maria Izabel fez o relato dos trabalhos apresentando a segunda parte das orientações
328 gerais da V Conferência Nacional. Com relação a metodologia, não houve consenso na sua forma,
329 ficando a decisão para a próxima assembléia. As demais informações serão apresentadas também no
330 mês de maio. Tendo em vista a realização das Conferências Municipais foi aprovado enviar aos
331 Estados os instrumentais para elaboração do relatório final indicando os avanços e retrocessos sem
332 a metodologia a ser utilizada na Conferência. Os outros pontos tratados na Comissão não foram
333 apresentados por falta de tempo. O Presidente aproveitou para informar sobre a questão do
334 rebaixamento da idade penal, ressaltando o compromisso do Presidente da Comissão de
335 Constituição e Justiça em não colocar em votação os projetos existentes no Congresso Nacional.
336 Serão remetidas à Comissão as decisões e os pareceres anteriores para que não haja abertura de
337 processo e discussão da matéria. Falou do recebimento de documento da Promotora de Caxias-MA,
338 Sra. Lítia Cavalcante, sobre os envolvidos no caso de abuso e exploração sexual de crianças e

339 adolescentes no município. Propôs que o CONANDA e o CDDPH agissem conjuntamente neste
340 caso. Com relação a Conferência Nacional, o Presidente propôs que tendo em vista a nova situação
341 do governo, fosse dada ênfase as questões de combate a fome, a erradicação do trabalho escravo, do
342 trabalho infantil e das piores formas, a erradicação do analfabetismo, entre outros, objetivando a
343 consolidação definitiva do Estatuto . Apesar de ser a Quinta Conferência, o Presidente alegou que
344 será a primeira depois que o Brasil resolveu fazer uma revolução democrática. É uma situação nova
345 que irá influenciar todo o governo. O Presidente informou que irá tomar as medidas necessárias
346 para garantir que a preparação da Conferência seja compatível com a sua importância e que será
347 criada uma Secretaria Executiva com um grupo de pessoas permanentes para o aporte necessário à
348 sua execução. Reconheceu que o CONANDA vem trabalhando sem apoio, mas que o objetivo da
349 SEDH é de fato fortalecer este apoio, proporcionando ao CONANDA um salto de qualidade, e que
350 a preparação da Conferência irá contribuir para o atingimento deste objetivo. Quanto aos recursos
351 orçamentários para o evento serão tomadas as medidas pertinentes juntamente com o Vice
352 Presidente, para a sua viabilização urgente. Considerou importante garantir a presença do Presidente
353 da República, Ministros de Estado e Presidentes da Câmara e do Senado, neste evento. O
354 Conselheiro Cláudio fez uma rápida retrospectiva das dificuldades encontradas para a realização das
355 Conferências anteriores e considerou que esse apoio triplicará a responsabilidade dos conselheiros,
356 pois será desenvolvido um processo de organização e mobilização junto aos segmentos da
357 sociedade. Ressaltou que o fato do Governo assumir a Presidência do CONANDA também
358 repercute positivamente nos Estados e Municípios e que a possibilidade concreta de realização da
359 Conferência, é considerada um grande avanço para a consolidação do Estatuto. A conselheira
360 Elisabete falou do Tema Pacto pela Paz – Uma Construção Possível, alegando que deve-se dar
361 ênfase na fala do Senhor Presidente e refletir no que realmente poderá ser feito a partir desse
362 momento. Considerou importante analisar o que não foi feito, mas também ressaltar as
363 possibilidades que estão postas nessa nova conjuntura. Prosseguindo os trabalhos o UNICEF
364 apresentou para a Comissão uma proposta de metodologia para as Conferências Municipais que

365 deveria ser apreciada plenária. O assunto foi amplamente debatido, não tendo sido consenso a sua
366 viabilização. Com relação a indicação de novos conselheiros para compor a Comissão sobre
367 Abrigos do Ministérios de Assistência e Promoção Social, foram indicadas as conselheiras Wania e
368 Maria das Graças, para integrarem a referida Comissão. Quanto a indicação de novo representante
369 para acompanhamento do termo de Cooperação do Bolsa Escola, fora indicado o conselheiro
370 Marcos Colares. A análise do pedido do Fórum Nacional dos Conselhos Tutelares fora transferida
371 para a próxima plenária. Foi aprovado ainda a participação do UNICEF e da FUNAI na próxima
372 Assembléia do CONANDA. Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente encerrou a Assembléia.
373 E para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo
374 Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

375

Nilmário Miranda

A handwritten signature in black ink, reading "Nilmário Miranda", with a long horizontal flourish extending to the right. A thin line connects the top of the signature to the text "Nilmário Miranda" above it.

376

Presidente do CONANDA

377